

Sobre o Significado na Literatura e o Valor Cognitivo da Ficção¹

Gottfried Gabriel²

Começarei com algumas observações preliminares. Como deve ser do conhecimento de todos os presentes, existe, sobretudo na ética e na estética, uma controvérsia antiga entre o chamado emotivismo e o cognitivismo acerca do *status* dos juízos de valor. Uma controvérsia similar a essa encontra-se também na teoria da literatura. Trata-se, nesse caso, somente de uma similaridade, pois a controvérsia no âmbito da teoria da literatura diz respeito não à natureza dos juízos de valor, isto é, ao julgamento dos críticos literários sobre obras da literatura, mas à natureza da própria literatura. A questão é: que função ou propósito cumpre a literatura? Ou, de forma mais cuidadosa: que funções ou propósitos (no plural) pode cumprir a literatura? Essa não é uma questão recente. De fato, ela é tão antiga como a própria literatura. E o mesmo vale para o modo de respondê-la. Desde os dias de Platão e Aristóteles, essa questão tem sido respondida mediante a comparação da literatura com a filosofia e a ciência. A posição da literatura foi freqüentemente defensiva. A literatura foi defendida como um objeto de direito próprio contra as reivindicações exclusivistas da filosofia e da ciência. Um exemplo antigo dessa atitude na tradição inglesa é a famosa *Defesa da Poesia* (1595) de Philip Sidney. Na tradição alemã, podemos indicar A. G. Baumgarten.

Desde o início, a literatura (poesia e arte) foi empurrada para a defensiva pela questão de saber se e como ela pode veicular verdade e conhecimento. Assim, a defesa da literatura consistiu freqüentemente em mostrar que havia um campo do conhecimento ainda não ocupado pela ciência ou pela filosofia. De um ponto de vista histórico, as últimas partes desse campo reservado à

1 Este texto foi traduzido por W. P. Mendonça.

2 Professor da Universidade de Bochum, Alemanha.

literatura parecem ser os âmbitos dos fenômenos psíquicos e dos fenômenos sociais. Autores do século XVIII, por exemplo, Fielding e Sterne, são celebrados por suas observações psicológicas e sua análise da natureza humana. E autores do século XIX, como E. Zola, são reconhecidos por sua percepção sociológica e suas análises da sociedade humana. A comparação da literatura com a ciência nessas bases tornou-se problemática no século XX, porque há, agora, ciências especiais voltadas ao psíquico e o social, a saber : a psicologia e a sociologia. No que diz respeito aos temas da literatura (as várias facetas da condição humana), o campo do conhecimento (ou talvez o « bolo do conhecimento ») foi completamente dividido. Para a literatura, isso parece significar o seu desaparecimento como « órgão de verdade », para usar a formulação de Hegel. Além disso, a literatura deveria desistir da reivindicação da verdade da ciência para um público não científico. Alternativamente, ela deveria procurar um outro campo de atividades no qual pudesse desempenhar uma função relevante. Creio que é essa alternativa que confere à teoria emotivista da literatura sua plausibilidade. Como Frege diz : a função da literatura não é veicular verdade e conhecimento, mas afetar os nossos sentimentos e emoções. O emotivismo de Frege baseia-se em sua filosofia da linguagem, especialmente em sua concepção do significado lingüístico. Nesse sentido, ele é o precursor do emotivismo contemporâneo na tradição analítica (Carnap, Richards, etc.).

O que pretendo fazer agora é julgar a perspectiva emotivista mediante a consideração do seu conceito de significado. De fato, pretendo argumentar a favor da visão cognitivista da literatura em bases semânticas. A posição que defendo não nega as funções emotivas da literatura, mas afirma, por outro lado, que a literatura (ao menos *parte* da literatura) tem valor cognitivo, isto é, também pode veicular conhecimento legítimo. Referindo ao título de minha conferência, gostaria de explicar o significado *da* literatura mediante a análise do conceito de significado *na* literatura.

De modo geral, a literatura é algo assim como um caso paradigmático no âmbito da filosofia da linguagem e da semântica. A adequação de uma teoria semântica é, às vezes, testada através de sua aplicação à literatura, especialmente à ficção. Tal procedimento já pode ser constatado em Frege. Ao explicar a semântica do discurso científico e cotidiano, por exemplo em *Sobre o Sentido e a Referência (Über Sinn und Bedeutung)*, Frege apresenta, como uma espécie de produto secundário, uma consideração geral sobre a semântica do discurso ficcional e da ficção. Embora não concorde com a conclusão emotivista de Frege no que concerne à função da ficção mesma, sua visão do discurso ficcional parece-me convincente.

As observações dispersas de Frege sobre esse assunto fornecem, de qualquer modo, idéias frutíferas para uma análise mais aprofundada. Consideremos, em primeiro lugar, o que pode ser chamado de uma perspectiva fregeana do discurso ficcional. Não pretendo, no que segue, entrar nos

detalhes do texto de Frege. Ao invés de uma interpretação extensiva, gostaria de oferecer uma reconstrução sistemática — « no espírito de Frege ». Alguns aspectos dessa reconstrução devem ser bem conhecidos dos senhores, ao menos daqueles que leram o ensaio de J. R. Searle « The Logical Status of Fictional Discourse », ³ pois a perspectiva de Searle, como de muitos outros nos últimos vinte anos, é essencialmente fregeana.

A análise do conceito de discurso ficcional deve ser feita em dois níveis. O primeiro concerne ao significado das expressões do discurso ficcional; o segundo concerne à força ilocucionária do discurso ficcional.

Começemos com as seguintes constatações :

1. No discurso ficcional, o falante fala *como se* estivesse falando sobre alguma coisa; de fato, ele não fala sobre coisa alguma.
2. No discurso ficcional, o falante fala *como se* estivesse realizando um tipo peculiar de ato de fala; de fato, ele não está realizando esse tipo peculiar de ato de fala.

« Falar *como se* » pode ser feito para iludir alguém, embora não se creia, geralmente, que os autores de obras de ficção tenham tais intenções. Como Sir Philip Sidney assinalou há muito tempo, o poeta nunca afirma e, portanto, nunca mente. Assim, nossa definição inicial do discurso ficcional deve ser suplementada, pois não pode deixar sem consideração esse aspecto. Temos de especificar o que quer dizer realmente « falar como se ». E isso podemos fazer mediante o esclarecimento do que significa « falar sobre ».

A forma típica do falar sobre alguma coisa envolve o uso de expressões referenciais. Essas são, principalmente, nomes próprios (por exemplo, « Churchill », « Pickwick », « Sherlock Holmes »), descrições definidas singulares (por exemplo, « o presidente dos Estados Unidos da América », « o atual rei da França », « a avó de Chapeuzinho Vermelho »), descrições definidas plurais (« os membros do parlamento britânico », « os pais de Hamlet »), expressões dêiticas singulares (« eu », « meu », « isto », « aqui », « hoje ») e expressões dêiticas plurais (« nós », « nossos », « esses »).

Normalmente, o uso correto de expressões referenciais requer que o falante se refira a alguma coisa. Tal exigência não é tautológica, porque algumas expressões referenciais não são usadas para referir. Isso ocorre, por exemplo, com as expressões já mencionadas « o atual rei da França », « a avó de Chapeuzinho Vermelho », « os pais de Hamlet ». Podemos expressar essa exigência mais precisamente através da seguinte regra de referência : ao usar uma expressão referencial singular, em circunstâncias normais, o falante deve

3 In : *New Literary History*, n. 6, 1975; reimp. in : Searle, J. R., *Expression and Meaning*, Cambridge, 1979, pp. 58-75. No que se segue, resumo algumas considerações do meu livro *Fiktion und Wahrheit*, Stuttgart, 1975. Cf. como extensão, Gabriel, G., *Zwischen Logik und Literatur, Erkenntnisformen von Dichtung, Philosophie und Wissenschaft*, Stuttgart, 1991.

referir-se a uma (e somente uma) pessoa, coisa, instante temporal, *etc.*; ao usar uma expressão referencial plural, o falante deve referir-se a uma totalidade de pessoas, coisas, *etc.* (Deve estar claro que a referência das expressões referenciais é a externa, não a interna — anafórica.)

Para decidir se uma expressão referencial está sendo usada corretamente num proferimento particular, precisamos, freqüentemente, conhecer seu contexto pragmático (o falante, o tempo, o lugar, *etc.*, do proferimento). Essa condição aplica-se principalmente às expressões dêiticas, mas, às vezes, até mesmo às expressões definidas. Usar, hoje, a expressão « o atual imperador da Alemanha », num sentido literal, seria incorreto, porque não existe um imperador da Alemanha. Ter usado essa mesma expressão em 1900 não seria um erro. O uso de uma expressão referencial em desacordo com a regra da referência pode ser não intencional (por exemplo, o falante ignora que a pessoa a que ele pensa estar se referindo de fato não existe) ou intencional (o falante sabe que não existe tal pessoa, mas deseja que seu ouvinte creia na sua existência). Nenhum desses casos, seja o do erro ou o da fraude, é característico do discurso ficcional. No que diz respeito ao uso das expressões referenciais, a locução « o poeta nunca afirma » significa que o poeta não crê e tampouco quer fazer crer que exista realmente a pessoa, coisa, *etc.*, à qual ele parece referir-se.

No discurso ficcional o falante não pretende que suas expressões referenciais tenham referentes. Ele somente fala *como se* as expressões referenciais tivessem referentes. Conseqüentemente, os ouvintes ou leitores não podem objetar que não há referentes correspondentes às expressões referenciais. Concluimos então : na comunicação através do discurso ficcional a regra da referência é suspensa.

Outra forma do « falar sobre » é o uso de expressões predicativas (predicados ou funções proposicionais no sentido lógico). Porém, ao passo que *todo* uso de expressões referenciais (na vida e na linguagem cotidiana) parece ser uma forma do falar sobre alguma coisa, as expressões predicativas são usadas para falar sobre alguma coisa *somente* quando ocorrem na posição do sujeito gramatical. Todavia, de um ponto de vista lógico, pode-se objetar que mesmo nesse caso não falamos sobre alguma coisa. Uma proposição como « dragões são animais herbívoros » deve ser analisada como « para todo x , se x for um dragão, então x é um animal herbívoro ». Tal proposição tem, portanto a forma lógica :

$$(x)[d(x) \rightarrow b(x) \Leftrightarrow a(x)]$$

Essa análise implica a verdade da proposição analisada ainda que não haja dragões. Logo, é certamente difícil defender sua característica de « falar sobre ». Entretanto, como Strawson enfatiza, não temos de aceitar essa análise. Se considerarmos o uso ordinário da linguagem, o uso de uma

expressão predicativa na posição do sujeito gramatical pressupõe a existência dos objetos aos quais a expressão predicativa se aplica. E é por causa disso que falamos, nesse caso sobre objetos. Em analogia com a regra da referência para expressões referenciais, pode-se formular uma regra da denotação para expressões predicativas da seguinte forma : ao usar uma expressão predicativa na posição do sujeito gramatical, o falante deve saber que a expressão em questão tem uma denotação.

A denotação de uma expressão predicativa é concebida aqui como exatamente aqueles objetos simples aos quais se aplica tal expressão e não como a totalidade desses objetos. Portanto, a referência de uma descrição definida plural deve ser distinguida da denotação de uma expressão predicativa. Deve-se notar, porém, que descrições definidas plurais são frequentemente usadas no mesmo sentido de expressões predicativas quantificadas. Compare-se, por exemplo, « os membros da família Buddenbrook estavam reunidos » com « todos os membros da família Buddenbrook estavam reunidos ».

Com base numa analogia adicional, pode-se formular uma outra característica do discurso ficcional. No discurso ficcional o falante não pretende que as expressões predicativas usadas na posição do sujeito gramatical tenham denotações. Ele fala somente *como se* essas expressões tivessem denotações. Conseqüentemente, os ouvintes ou leitores não podem objetar que não existem denotações para as expressões predicativas. Concluimos então : na comunicação através do discurso ficcional a regra da denotação é suspensa.

É preciso mencionar que as formas do « falar sobre » apresentadas até agora são típicas dos atos de fala realizados através do uso de sentenças declarativas, por exemplo, asserções e proposições. Como gostaria de mostrar agora, tal restrição não é uma simplificação excessiva.

Relembremos a segunda forma do « falar como se ». O falante fala como se estivesse realizando um tipo peculiar de ato de fala, mas, de fato, não está realizando absolutamente esse tipo peculiar de ato de fala. Não tenho em mente, aqui, o caso das questões aparentes (« por que essa janela está fechada ? »), que são de fato imperativos (« abra a janela ! »). Interessam-me, antes, casos como prometer e não querer cumprir a promessa, exigir e não esperar que a exigência seja cumprida, afirmar e não acreditar que a afirmação seja verdadeira. Um falante que fala dessa maneira na vida cotidiana infringe a chamada regra da sinceridade. Na comunicação através do discurso ficcional, contudo, essa maneira de falar é permitida. A regra da sinceridade não é infringida, mas suspensa.

Consideremos, agora, aqueles tipos de atos de fala que os falantes realizam ao usar sentenças declarativas, isto é, principalmente asserções. Embora possa ocorrer todo tipo possível de ato de fala numa obra de ficção, o ato de fala que narra a história tem a forma de uma asserção. O autor ou, onde existe uma diferença, o narrador, podem relatar todo tipo de coisa : eventos, relatos de personagens na história, *etc.* Seu relato, contudo, tem a forma de uma

asserção. Embora tenha a *forma* de asserção, o relato não é, de fato, uma asserção. Se o autor relata, por exemplo, que a personagem « A » prometeu à personagem « B » que viria, então o autor (como falante primário) está falando *como se* a personagem « A » (como falante secundário) tivesse prometido vir à personagem « B ». Pois assèrir alguma coisa significa sobretudo que o falante pretende que o conteúdo do seu proferimento seja verdadeiro. Dizer que o autor ou o narrador de obras ficcionais fala *como se* estivesse asserindo é o mesmo que dizer que seus proferimentos não devem ser vistos como verdadeiros. Eles podem ser falsos ou nem verdadeiros, nem falsos. Um proferimento não é verdadeiro nem falso se contém uma expressão referencial sem um referente ou uma expressão predicativa na posição do sujeito gramatical sem denotação.

Há três regras para um falante que faz asserções : 1) o falante deve acreditar que seu proferimento seja verdadeiro (a regra da sinceridade); 2) o falante deve defender a verdade de seu proferimento (a regra da argumentação); 3) o falante deve aceitar as conseqüências do seu proferimento (a regra da conseqüência).

Quando uso o termo « asserção » para os atos de fala governados por essas regras, não pretendo afirmar que, ao fazer uma asserção, todo falante deva seguir todas essas regras em todas as situações. Eventualmente, o falante pode encontrar-se numa situação (por exemplo, a do discurso científico), que o obriga a seguir todas essas regras. Com essa explicação em mente, podemos afirmar, então, que o falante que fala como se estivesse asserindo alguma coisa não está seguindo as regras da asserção. Se ele for um autor (o falante primário) de uma obra de ficção, então esta prática é justificável. Concluimos então : na comunicação através do discurso ficcional, as regras da sinceridade, da argumentação e da conseqüência são suspensas.

Temos, assim, a regra da referência, a regra da denotação e as regras para as asserções. Essas regras, como afirmei, são suspensas na comunicação através do discurso ficcional. A essa posição poder-se-ia opor que há novelas históricas e obras realistas de ficção nas quais algumas dessas regras parecem ter validade. Por exemplo, novelas históricas falam de pessoas reais e obras realistas de ficção não falam de dragões. E assim, de acordo com essa objeção, nomes próprios têm, em novelas históricas, referentes e expressões predicativas na posição do sujeito gramatical têm, em obras realistas de ficção, denotações. Esse argumento é correto se significar que tais expressões *podem* ter referentes ou denotações, mas é incorreto se afirmar que tais expressões *devem* ter referentes ou denotações. Minha formulação procurou levar em conta essa diferença, ao dizer que as regras são suspensas. Pois isso implica que o falante pode falar de acordo com as regras, mas não é obrigado a fazê-lo.

Outro ponto que deve ser mencionado aqui é a dificuldade de decidir se um texto é ficcional ou não. Concordo com os que consideram essa dificuldade uma questão de pragmática, ao invés de semântica. Para saber se um

texto deve ser lido como ficcional, é preciso conhecer as intenções do autor. E mesmo que conheçamos essas intenções, ainda podemos ler o texto por assim dizer « contra-intencionalmente ». Uma perspectiva semântica (incluindo a análise dos atos de fala) permite-nos dizer quais são as regras que foram suspensas, contanto que haja, noutra perspectiva, boas razões para ler o texto como ficcional.

Para recapitular nosso primeiro passo : o discurso ficcional foi explicado como forma do « falar como se ». O « *como se* » diz respeito à força ilocucionária dos proferimentos, à referência dos termos singulares e à denotação dos predicados usados nesses proferimentos. A força ilocucionária na qual me concentrei é a dos proferimentos assertivos, porque a forma principal da narração de uma história é a da asserção. O discurso ficcional foi então explicado *via negationes* como o discurso no qual as regras da referência e da denotação não precisam ser observadas. Como mencionado (ou pressuposto) acima, uma obra de ficção consiste (ao menos parcialmente) do discurso ficcional. Na medida em que a ficção é a forma relevante de literatura, a análise do discurso ficcional é um passo decisivo para qualquer teoria geral da literatura. Contudo, a literatura não é idêntica à ficção. A ficcionalidade não é uma condição necessária nem suficiente para a literatura. Há literatura que não é ficcional e há discurso ficcional que não é literatura. A razão pela qual parece ser útil, para efeito de uma análise do significado na literatura, concentrar a atenção no significado no discurso ficcional é a seguinte : foi sobretudo o uso ficcional da linguagem que forneceu a base para a argumentação contra as pretensões cognitivistas da literatura e a favor de suas funções emotivas. A questão, agora, é saber como uma obra literária de ficção pode veicular verdade ou, num sentido amplo, conhecimento e cognição, *a despeito* do fato de que ela é ficcional.

Tal tratamento da ficção é governado pela questão da verdade e do conhecimento (a qual é, afinal de contas, relacionada à procura filosoficamente motivada *da* verdade e *do* conhecimento). Esse interesse implica que não é a verdade *sobre* a ficção ou a verdade *na* ficção que é importante, mas sim a verdade *da* ficção. A verdade *sobre* a ficção concerne, por exemplo, às asserções verdadeiras que os leitores fazem sobre as obras de ficção. Dito de modo simples, essas asserções são verificadas através do recurso ao conteúdo específico das obras de ficção em questão. A verdade *na* ficção, por outro lado, concerne às proposições verdadeiras (não asserções !) que ocorrem em obras de ficção, especialmente as proposições que correspondem a fatos históricos ou geográficos. Problemas desse tipo foram tratados já por Aristóteles como não respondendo à questão filosófica da verdade no caso da ficção. Isso quer dizer que as obras de ficção não devem ser criticadas por não conter tais verdades históricas e geográficas. Tampouco elas devem ser celebradas por contê-las. Mesmo uma novela histórica é considerada « verdadeira » por leitores sensatos,

não por causa de suas várias proposições históricas verdadeiras, mas por causa da apresentação adequada de uma situação histórica complexa como um todo. Com base nessas distinções, contribuições como as de J. Woods⁴ ou de D. Lewis⁵ podem ser excluídas de nossas considerações, pois as verdades com as quais elas se ocupam não são aquelas que autores e leitores têm em mente quando falam da verdade *da* ficção. Perspectivas desse tipo desfiguram o significado das pretensões de verdade e conhecimento levantadas pelas obras literárias de ficção. É somente nessas circunstâncias que Frege, Carnap, Richards e outros adeptos da teoria emotivista da poesia parecem estar certos quando negam à poesia uma pretensão relevante à verdade.

Assim, chego ao ponto que deu o título ao meu ensaio. O equívoco da perspectiva esboçada acima (isto é, a redução da verdade *da* ficção à verdade *na* ficção) resulta de uma concepção exclusivamente unilateral do significado dos proferimentos lingüísticos, uma concepção modelada sobre os proferimentos da vida cotidiana e da ciência. Isso se manifesta especialmente nos pensadores que, confundidos por sua concepção do significado cognitivo, se refugiaram numa teoria emotivista da poesia.

Compreendemos o significado dos proferimentos cotidianos e científicos quando sabemos o que eles dizem. (Obviamente, tratamos aqui exclusivamente dos proferimentos declarativos.) Ocorre, contudo, que proferimentos podem ter significado não somente enquanto dizem alguma coisa, mas também em virtude de representar (ou mostrar) alguma coisa. Proferimentos que relatam ações, eventos, *etc.*, como ocorrências reais podem, no segundo sentido, ter significado, se o que eles aparentemente relatam puder ser entendido como representando (ou mostrando) alguma coisa. Esse tipo de relação significativa pode ser chamado de a relação do particular para o geral. A diferença em questão pode ser formulada como se segue: no primeiro caso, um proferimento significa meramente o que diz, e no segundo caso ele significa também aquilo que mostra. Um proferimento ou um texto pode, conseqüentemente, significar mais do que o que diz. A meu ver, um texto literário deve significar mais do que o que diz. Ele pode fazer isso por sugestão, conotação, implicação contextual, *etc.* Uma obra *literária* de ficção seria, de acordo com essa visão das coisas, um texto que significa mais do que o que diz ficcionalmente. (A relação significativa do particular para o geral tem algumas similaridades com o conceito de exemplificação elaborado por M. Goodman, embora me pareça que N. Goodman faz uma restrição às espécies predicativas do geral.)⁶

Portanto, uma obra literária de ficção pode ser verdadeira ainda que não

4 *The Logic of Fiction*, The Hague, 1974.

5 « Truth in Fiction » in : *American Philosophical Quarterly*, n. 15, 1978; reimp. in : Lewis, D., *Philosophical Papers*, vol. I, New York, Oxford, 1983.

6 Cf. Goodman, N., *Languages of Art*, Indianapolis, 1968, II.3, IV.2 e VI.5.

contenha proposições verdadeiras. Suas verdades não são *expressas no texto*, mas *mostradas pelo texto*. Elas são verdades que colocam os eventos, pessoas e coisas narrados na relação do particular para o geral. A interpretação de uma obra literária de ficção tem, assim, de encontrar o geral indeterminado para um particular dado, formado pelo total dos eventos, pessoas e coisas narrados.

A relação do particular para o geral tem muitas variantes, devido à circunstância de que há vários tipos de entidades gerais, por exemplo, proposições, temas e propriedades. Somente proposições dizem respeito a verdades. As verdades mostradas são, às vezes, não somente exibidas, mas realmente afirmadas. Às vezes, o autor quer não somente provocar o leitor, mas também comunicar proposições verdadeiras com seu texto. Seguindo M. C. Beardsley,⁷ podemos chamar tais proposições de « teses ». Assim, a primeira parte de nossa resposta à questão « o que faz com que obras literárias possam ser verdadeiras ? » é : apresentar uma tese verdadeira. Sobre a forma de apresentar mostrando dei somente algumas indicações. Mas suponhamos que elas estejam corretas. Então permanece a questão : que espécie de atos de fala são as teses ?

Como seu conteúdo proposicional é implicado contextualmente, uma tese não pode ser um ato de fala argumentativo. E isso faz sentido, pois um leitor sensato de obras literárias de ficção não espera que a verdade de uma tese seja defendida argumentativamente no texto. Ela pode ser defendida fora do texto pelo autor ou pelo leitor, mas essa é outra questão. Portanto, uma tese não é uma asserção. Por outro lado, o leitor espera que o autor (a) creia na verdade de sua tese e, portanto, (b) aceite as conseqüências de sua tese. Isso nos permite apresentar a segunda parte de nossa resposta mediante uma definição : uma tese de uma obra literária de ficção é um ato de fala que pretende ser verdadeiro e em conexão com o qual a regra da argumentação é suspensa, mas as regras da sinceridade e da conseqüência mantêm sua validade.

Gostaria de enfatizar que as obras literárias de ficção que não contém teses podem, não obstante, veicular conhecimento. Elas podem satisfazer a relação do particular para o geral de outras maneiras que não apresentando uma tese. E isso parece ser não a exceção, mas a regra. O tipo de conhecimento com que lidamos nesse caso é o conhecimento por familiaridade (*knowledge by acquaintance*). Através da literatura, tornamo-nos familiarizados com situações, sentimentos, formas de vida, *etc.* O conhecimento veiculado nesse caso não é proposicional. No que se refere à questão da verdade da literatura, podemos argumentar que o conceito de verdade no campo da literatura não deve ser reduzido ao de verdades proposicionais. De fato, o conceito de verdade na estética é muito mais

7 *Aesthetics*, New York, 1958, pp. 409 e ss.

amplo. Uma alternativa a esse modo de ver as coisas, a qual reconhece os direitos da estética e está, também, de acordo com a lógica e a semântica, baseia-se na distinção entre dois tipos de conhecimento ou cognição, um tipo proposicional e um não proposicional. A identificação da verdade com o conhecimento proposicional ainda seria aceitável, porque disporíamos ainda do conceito de conhecimento não proposicional para argumentar a favor de um valor cognitivo da literatura. A única coisa que temos de rejeitar de um ponto de vista cognitivista é a redução fregeana do conhecimento à apreensão de verdades (e falsidades) de proposições (« pensamentos »), pois é essa redução que nos leva a procurar uma função para a literatura fora do campo do conhecimento. Deveria acrescentar aqui que toda nova visão do mundo é uma espécie de conhecimento, um conhecimento que pode incluir aspectos cognitivos e *também* emotivos. Portanto, o termo « geral » (concernente à relação do particular para o geral) não deve ser concebido como algo semelhante a uma idéia universal (platônica), mas essencialmente como uma « idéia estética ». De acordo com Kant (*A Crítica do Juízo*, parágrafo 49), é impossível explicar completamente uma idéia estética através do pensamento conceitual. Se interpretarmos essa concepção de Kant em termos semânticos, podemos identificar o geral de um texto literário com o excedente de significado, isto é, como o conjunto de todas as possíveis conotações não ditas explicitamente, mas mostradas implicitamente ou implicadas contextualmente pelo que é dito em um texto. Conotações desse tipo não são características específicas exclusivas de obras literárias de ficção. Elas são, como creio, essenciais também às obras não ficcionais da literatura.

Resumindo os resultados da nossa investigação sobre o significado na literatura, podemos afirmar o seguinte : ao invés da divisão dupla tradicional entre o significado como objeto (referência, denotação) e o significado como conteúdo, isto é, ao invés da distinção que serve de base à concepção fregeana de referência e sentido, temos uma distinção tripla entre referência, conteúdo explícito e sentido implícito ou implicado contextualmente.

As relações simbólicas envolvidas aqui tornam-se mais claras através da distinção entre três tipos correspondentes de atos de significado : em primeiro lugar, referir (denotar); em segundo lugar, dizer (predicar); e, em terceiro lugar, mostrar. (Não considero aqui os atos ilocucionários). Dito *grosso modo*, em textos científicos e no discurso cotidiano, o conhecimento é veiculado por atos do referir e do dizer; na ficção literária, pelo dizer e pelo mostrar; e na literatura não ficcional (como nos textos de Wittgenstein), pelo dizer, pelo mostrar e pelo referir (denotar). O passo decisivo a favor do valor cognitivo da literatura consiste em ir além dos atos proposicionais do referir e do dizer, reconhecendo como ato de significado legítimo o ato do mostrar. Como já afirmei, esse ato correspon-

de, nos seus aspectos essenciais, à relação simbólica da « exemplificação » de N. Goodman. Exemplificar (incluindo a exemplificação metafórica, a « expressão ») e mostrar têm em comum o fato de que a exemplificação desenvolve-se em direção oposta à da denotação ou da referência. A principal diferença é que o que pode ser mostrado não se restringe, como Goodman parece afirmar, a propriedades e sentimentos, mas incluir também temas e teses.

Em resumo, gostaria de enfatizar que, independentemente da questão de saber se as distinções formuladas aqui já são *suficientes* para a compreensão do valor cognitivo da ficção literária, deve ter ficado claro que, nesse contexto, é pelo menos *necessário* ir além das distinções tradicionais da filosofia da linguagem e da semântica.